

A aposta na livre iniciativa

por Walter Clemente

Os sinais que devem orientar o caminho da indústria pela década de 80 ainda não foram todos definidos. Há o esboço de um programa de preferências, alinhavado em documento pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e do Comércio (MIC). Mas nada é definitivo, além da preocupação governamental de evitar o centralismo. "Nosso papel é o de orientador do desenvolvimento", diz o ministro João Camilo Penna, do MIC. "A livre iniciativa deve encontrar terreno para florescer."

A nova política é arquitetada exatamente sobre esse terreno de liberdades empresariais, ainda não muito bem sondado no Brasil. Mas o industrial já deve ter condições, como entendem as autoridades, de andar com as próprias pernas. De serem fundamentais nos próximos programas de expansão das atividades. Pretende-se, em última instância, que o empresário deixe de se comportar como se fosse simples concessionário do poder governamental de decidir investimentos, lançar projetos de indústrias de base e dividir os pedidos e máquinas e equipamentos.

O documento preparado pelo CDI ainda está em debate na Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan) e na cúpula da Confederação Nacional da Indústria (CNI), órgão máximo da representação oficial dos industriais. E ainda reservado, embora o decálogo que forma sua espinha dorsal permita a identificação de alguns dos seus contornos.

Os reais dessa política que se desenvolve no momento estão com a abertura para a economia de mercado, incentivos à exportação e desenvolvimento de normas técnicas de qualidade. A regra fundamental é a da proteção da livre iniciativa. "Que deve crescer e progredir", como espera Penna. Mas é importante também a manutenção de uma estrutura industrial semelhante à existente nos países desenvolvidos. Os grandes projetos em andamento.

"Não temos a pretensão de publicar o livro azul da política industrial", diz Penna. "Nem há uma política a começar agora. Na verdade, temos uma mesma política que vem de longe. E continua sendo renovada."

De fato, nada de fundamental muda com o documento do CDI, a não ser o espírito que determina uma maior liberalização dos controles oficiais. As diretrizes, na sua essência, estão na linha de sustento do programa de governo do presidente Figueiredo, como observa o ministro.

Modificações drásticas acontecem apenas nos territórios conturbados pela falta de petróleo. A conversão dos processos industriais para a substituição do óleo combustível por fontes alternativas de calor é fundamental para o MIC. Da mesma maneira que as fábricas que desenvolverem equipamentos para o uso de combustíveis alternativos terão total apoio, além de um mercado quase que cativo.

Todos os incentivos serão retirados, segundo Penna. Não haverá mais paternalismos. E apenas os fabricantes que exportarem seus produtos ainda terão algum prêmio fiscal.

Em contrapartida, o MIC estará apto para organizar, ainda em 1981, uma ampla campanha pela instituição de normas e padrões para a indústria. "Gastaremos o tempo necessário para esse tema, que considero o mais importante para o decênio", diz Penna. E o próprio MIC, através de suas secretarias técnicas, dará início aos trabalhos de compilação das normas. As associações de classe dos fabricantes serão consultadas. Mas é fundamental que os padrões sejam transformados em leis.

A preocupação do governo são os componentes que, por falta de padrões, encarecem os produtos finais. A forma final do produto, é claro, jamais será padronizada — pois é dela que depende a concorrência entre fabricantes. "O mercado escolhe o melhor", pondera o ministro.

As normas técnicas, que definem a qualidade de um bem manufaturado, também devem ser estabelecidas com rapidez durante os próximos anos. Eles são imprescindíveis, segundo Penna, para a indústria nacional conseguir lugar de destaque no mercado interna-



Getúlio Lamartine

cional. "E essa é uma meta básica de governo."

Normas e padrões, afinal, servem para baratear o custo da produção. Com um preço menor, esperam os técnicos do MIC, a indústria terá condições de abrir um novo mercado nos dois terços inferiores da pirâmide de nossa sociedade de consumo. E essa seria uma das poucas chances de expansão das vendas, além das exportações.

O mercado consumidor brasileiro precisa de produtos de custo inferior, mas sem queda de qualidade. E esse milagre da produção ocorre apenas quando a padronização de componentes permite economia de escala que reduz preços.

A questão da produtividade, interligada intrinsecamente ao custo dos manufaturados, também é discutida pelas autoridades com os líderes empresariais. "Em-

bora o tema seja mais do empresário que do governo", como considera Penna, "vamos orientar como pudermos."

"O governo não pretende intervir nos assuntos internos das empresas", diz o ministro. "Mas podemos agir com colaboração, sem intervenção." A idéia é realizar estudos que propiciem a ampliação de mercados, a dinamização de métodos produtivos, que ensinem os empresários a melhorar o rendimento de suas fábricas. O CDI, em sua nova fase, deverá orientar as empresas na procura de locais para a instalação de novas fábricas, na formação de mão-de-obra. E realizar acompanhamentos macroeconômicos que permitam uma decisão acertada da empresa. Como espera o ministro Camilo Penna, o governo atuará assim, de fora do sistema, nessa nova etapa do desenvolvimento.

Por meio do Conselho de Desenvolvimento Industrial e do Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC), o Ministério da Indústria e do Comércio procurará adequar o relacionamento entre a indústria, o comércio e os consumidores. A meta de Camilo Penna é o estabelecimento de normas que protejam o consumidor.

A nova política industrial deverá preocupar-se também com o relacionamento entre o capital estrangeiro e o nacional. Não haverá qualquer mudança significativa nas regras atuais do jogo, mas apenas o detalhamento das leis existentes. Os técnicos do MIC acreditam que não é conveniente

atrair mais capital estrangeiro antes de fortalecer a indústria nacional. E o fortalecimento da empresa nacional, segundo os técnicos do MIC, ocorre efetivamente. A liberação dos preços pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) objetivava uma ampliação dos lucros, suficiente para gerar capital de reinvestimentos.

Do ponto de vista dos empresários, a perspectiva de uma nova política industrial — elaborada com a sua participação — é certamente positiva. Há, evidentemente, os que esperam por encomendas. E acreditam que o governo poderia simplesmente criar mais uma Itaipu, ou outra companhia Siderúrgica Nacional, para empregar toda a capacidade industrial instalada. E pedidos em carteira, como imaginam, resolvem qualquer problema da indústria.

Mas existe quem esteja cuidando para que os programas de longo prazo da industrialização evitem a concentração de capital ou liquide com pequenas e médias empresas, menos ágeis quando mudanças bruscas se apresentam. Einar Kok, presidente da Abimaq — a associação nacional dos fabricantes de máquinas — e coordenador da Comissão de Política Industrial da CNI, preocupa-se especialmente com a crise energética, que pode fechar pequenas fábricas. "O governo incentiva o uso de combustíveis alternativos e promove uma mudança do perfil da produção", diz. "E isso pode acarretar uma con-

centração industrial, se não tomarmos o cuidado de fortalecer a pequena empresa".

O presidente Albano Franco, da CNI, também defende a criação de dispositivos legais próprios para a manutenção de pequenas e médias empresas. Embora considere que o mercado, com preços livres e concorrência entre empresas, é o melhor incentivo também para a pequena empresa.

Tudo deverá ser feito, porém, com a redução sistemática e contínua dos subsídios. Há uma possibilidade apenas de incentivo diferenciado para a indústria nessa nova política engendrada pelo MIC na criação de uma linha de crédito industrial mais barata. "Mas isso ainda depende de definições", como diz Penna.

O Ministério da Indústria e do Comércio preocupa-se ainda com a adequação de áreas privilegiadas, como as da Sudam e da Sudene, com o resto do País. As políticas de desenvolvimento industrial até hoje jamais atingiram aquelas regiões, sob tutela direta do Ministério do Interior. O MIC quer ordenar também a relação entre mercados externo e interno, pois a nova lei salarial deve mudar o perfil de consumo, talvez diferenciando ainda mais os dois mercados.

Fundamental, no entanto, é a descentralização que se pretende promover, realça Camilo Penna. "O plano é dar autonomia e responsabilidade para os empresários buscarem a realidade do mercado."